

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Elisabete Christofolletti*

Situar-se historicamente nos caminhos e descaminhos da Educação Popular no Brasil, compreender seu contexto, o movimento histórico em que decisões foram tomadas, constitui o trajeto desta nossa Educação Popular.

A compreensão sobre Educação Popular e Educação de Adultos são contraditórias e em vários momentos confundem-se.

Segundo Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres em Estado e Educação Popular na América Latina o termo EDUCAÇÃO DE ADULTOS tem sido utilizado por organizações internacionais como a UNESCO, para referir-se a uma área especializada da educação.

Já a EDUCAÇÃO POPULAR é caracterizada e conceituada por vários autores como um movimento que se desenvolveu de forma alternativa ao Estado e declaradamente alternativo às influências ideológicas das classes dominantes.

Vinculado a Igreja, a grupo de intelectuais, políticos, ou como fruto da necessidade dos próprios Movimentos Sociais a Educação Popular como escreve Sérgio Haddad "é uma prática de atuação" e que está claramente a serviço de uma dessas classes, a dos grupos populares e de seus interesses.

Historicamente tem a Educação Popular se caracterizado por possuir projetos mais explícitos de transformação social, a partir do respeito ao senso comum, problematizá-lo, levando-o à reflexão e a elaboração de novos conhecimentos, inclusive acerca da realidade social e política.

Carlos Rodrigues Brandão em "Educação Popular" apresenta-nos quatro concepções de Educação Popular: Primeira: A Educação Popular como um saber da comunidade. Segunda: a Educação Popular como ensino público, isto é, a luta para que a educação escolar seja de algum modo estendida ao povo. Terceira: a Educação Popular como educação das classes populares. Quarta: a Educação Popular como educação do poder popular. Nesta quarta concepção podemos citar como exemplo a experiência da Nicarágua, quando o

poder popular assumiu o controle do poder nacional, a educação nacional tornou-se uma educação popular em seu pleno sentido.

A Educação Popular possibilitou, a união da paixão à intelectualidade. A Educação Popular não pode ser feita somente por técnicas, mas, por técnicos apaixonados e credores de seu trabalho. Neste processo da Educação Popular há a politização da educação e a pedagogização da política.

Desta forma podemos dizer que, o que define fundamentalmente a Educação Popular são os seus objetivos ou ainda para ser mais preciso, o projeto político ou a concepção política que está embutida em nossa prática educativa.

Também o educador popular não é definido pela sua origem de classe, mas fundamentalmente pelo seu compromisso político com esse processo de constituição de uma nova forma de organização social, para que a partir de um processo de produção coletiva do conhecimento se possa avançar na construção de organizações populares.

Passamos pela Educação Popular e Educação de Adultos nos primeiros tempos, no século XIX e observamos que no período posterior a 1.930 foram muitos os movimentos, as campanhas para a "erradicação" do analfabetismo (como entendiam alguns), e acabaram por demonstrar o desinteresse, a falta de vontade política reinante nos governos para fazer avançar a educação durante todo esse período.

Em 1.871 aumenta a migração dos europeus para São Paulo. Começam a aparecer também indústrias e o comércio. Isso facilita a abertura de escolas, pois para os europeus a educação tinha o papel importante, o de ascensão social.

Ainda no final do séc. XIX, muitos percebem a importância da instrução popular como meio inteligente de preservar a estrutura social e econômica do país, restaurando assim os princípios religiosos e morais necessários para preservar a (tão vital para alguns) ordem social.

No início do séc. XX, com a ampliação das indústrias começam a ser levantadas questões sociais, surgindo também as organizações de esquerda anarquista.

Seguimos em 20 com muitas alterações no cotidiano. O movimento modernista define correntes ideológicas, é fundado o PC, a corrente católica se

aglutina, estrutura-se o integralismo e o analfabetismo nesse período já é tido como chaga, moléstia.

Em 30, a revolução, grande fomentação de idéias, traz consigo um programa da aliança liberal. Reclama-se uma política nacional de educação, o ensino público, leigo, obrigatório e gratuito (vale lembrar que ainda hoje, no final do séc. XX, lutamos por isso).

No mês de fevereiro de 1932, funda-se a Cruzada Nacional de Educação e no ano seguinte a Bandeira Paulista de Alfabetização. A Cruzada havia sido organizada pelas forças armadas, conservadores que difundiam o preconceito contra o analfabeto.

O Manifesto dos Pioneiros em 32 exigia um plano unitário de ensino, uma solução global para o problema da educação, na qual as reformas educacionais fossem vinculadas às econômicas.

Já em 35 com o levante comunista de novembro e com a saída de Anísio Teixeira são interrompidos os cursos de Educação de Adultos. Esta experiência garante sua importância por configurar-se como o primeiro movimento de caráter extensivo, fora dos moldes tradicionais das escolas noturnas, numa pequena tentativa de democratização do ensino.

Na III Conferência Geral da UNESCO em 49, acontece o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, onde o Brasil apresentou os primeiros resultados da Campanha CEAA, gerando curiosidade e entusiasmo por parte de outros países.

Final da década de 50. "Descobre-se" a partir de contato com os analfabetos que o conceito até então predominante de que este seria menos capaz que o alfabetizado precisava ser revisto, tenta-se então rever esta postura na expectativa de recolocar o analfabeto em seu lugar como homem capaz.

O quadro brasileiro modifica-se dia após dia. Em 58, o desgaste se transforma em denúncia e os movimentos de educação de adultos sobrevivem porque mecanismos legais foram criados para sua sobrevivência. Também diminuem o voluntarismo e o interesse pelas comissões municipais, aumentando a dificuldade em recrutar analfabetos. Podemos destacar que foi necessário criar mecanismos legais para que movimentos sobrevivessem,

porque eles já não mais representavam e atendiam a necessidade da população para a qual havia sido iniciado.

Logo em 59, cresce a oposição ao governo e em 60, a campanha eleitoral amplia a radicalização de alguns setores, volta à tona a discussão sobre o voto do analfabeto.

Entendamos melhor o período de 58 a 64. Após o suicídio de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino, vive-se uma época de relativa liberdade de idéias e euforia nacionalista, nos meios oficiais alguns estão defendendo a tecnificação da educação. A educação neste momento se prestava a equalizar e estabilizar o social, garantindo um ensino técnico e profissionalizante aqueles que dificilmente chegavam ao terceiro grau. Na eleição para Presidente da República, o eleitorado mostra-se desobediente e a difusão do ensino surge então como um poderoso aliado contra os currais eleitorais. Jânio Quadros eleito, percebe esse movimento social e favorece a criação de grupos de educação de adultos.

O desenvolvimento fortalecido pelo governo de Juscelino Kubitschek deixava o país em clima de mudança. Brasília havia sido inaugurada. Jânio Quadros toma posse e meses depois renuncia em agosto de 1.961, assume a presidência João Belchior Marques Goulart-Jango. O Brasil passa para o regime parlamentarista de governo, assumindo como primeiro ministro Tancredo Neves. No período de 62-63 o reformismo se aprofunda, há um plebiscito e volta-se ao presidencialismo. Neste momento os Movimentos Sociais como: CNBB, UNE, CGT, Sindicatos Rurais, Ligas Camponesas, Movimentos de Alfabetização, Movimento de Cultura Popular e a JUC, estão movimentando a vida política do país. Em primeiro de abril de 1.964 acontece o golpe militar e assume o Marechal Castelo Branco, instalando-se no poder da Presidência da República do Brasil.

Os movimentos de educação popular surgidos na primeira metade dos anos 60, tinham a preocupação da participação política das massas e do processo de tomada de consciência do problema brasileiro que caracterizou os últimos anos do governo de Juscelino. A Juc - Juventude Universitária Católica, buscava um "ideal histórico" e métodos pedagógicos para a participação política.

A situação da educação no Brasil, retrata uma situação triste que podemos constatar sem muita dificuldade em qualquer localidade do país. Segundo dados fornecidos por entidades não-governamentais nos anos 80, o Brasil atingiu o vergonhoso índice de analfabetismo de 42%, percebemos, que, de 1940 até 1980 a sociedade brasileira mudou muito, depois da 2ª Guerra Mundial foi um dos países que mais se desenvolveu. Cresceu uma média de 7% ao ano, passamos de 49º país capitalista do mundo para a 8ª potência capitalista, além de sermos o 4º país exportador de alimentos (com 32 milhões de miseráveis) e o 6º exportador de armas. Detemos 43% da produção industrial latino-americana, construímos um parque industrial moderno e no mesmo período o número de analfabetos subiu de 8 para 18 mil aproximadamente.

Isso nos mostra que o crescimento do país não foi para as pessoas que nele viviam. Nos últimos 40 anos uma grande porcentagem de brasileiros não tem acesso aos bens por nós produzidos. Em termos percentuais 60% de nossa população é subnutrida. Em torno de 25 milhões de pessoas chegam aos 40 anos de idade sem nenhum dente na boca.

Podemos dizer que a 8ª potência capitalista do mundo é um país de miseráveis, de desdentados, é um país cuja maioria da população não participa da distribuição de renda.

Entendemos que não é possível falar em democracia educacional sem democracia social, qualquer avanço no plano educacional deve ocorrer em conjunto com os avanços sociais.

Quanto aos Movimentos Sociais, foram várias as tentativas ao longo da história, de aproximarem-se do Estado. Em 62, um grupo de estudantes universitários católicos que trabalhava na assessoria do Ministro do Trabalho, tentou conseguir financiamento para um projeto de Educação de Adultos, rediscutindo o uso feito da parcela do imposto sindical, que é destinado à educação, e que era usada para cursos de corte e costura e bordado. Êxito nessas discussões quase ou nunca ocorreram.

Na tentativa de obter clareza acerca das possibilidades oferecidas pelos Programas, Campanhas de Educação de Adultos que foram desenvolvidas no país, vamos neste momento agrupá-las, considerando suas origens, em dois

grupos: Educação Popular (não-governamental e eclesial) e Educação de Adultos (governamental).

Pensando a Educação Popular como uma prática social que está a serviço dos grupos populares e a Educação de Adultos entendida como uma área específica da educação, normalmente ligada aos trabalhos oficiais de educação, fazemos referência à Educação Popular como podendo ser desenvolvida de forma não-governamental e através da igreja, em alguns momentos apresentando-se interligada ao não.

No período de 1.962 a 1.964 florescem em todo país os Centros Populares de Cultura, com atividades diversas, como: montagem de teatro-jornal, o I Festival de Cultura Popular, a I Noite de Música Popular Brasileira, o Programa de Educação de Adultos e a Alfabetização de Adultos.

O Movimento de Cultura Popular entendia a educação ligada a arte e a cultura própria do povo. Parte-se da arte para se fazer a análise crítica da realidade social. Sem dúvida alguma este movimento exerceu grande influência sobre o movimento educativo do período.

Em 1.962 é sistematizado o "Sistema Paulo Freire", tecnicamente falando, é uma combinação original das conquistas da teoria da comunicação, da didática contemporânea e da psicologia moderna. Partindo de uma visão de mundo em que somente após a compreensão da cultura como aquisição sistemática da experiência humana e após debates, é que, tem início propriamente dita a alfabetização.

Nascido em 19 de setembro de 1.921 no Recife, tendo como pai um oficial da polícia militar de Pernambuco, adepto do espiritismo; a mãe, pessoa muito bondosa e católica (como conta Paulo Freire). Com os pais, Paulo Freire diz ter aprendido o diálogo que procurou manter vivo em si e o respeito do pai pelas crenças da mãe, ensinou-o desde menino a respeitar as opções dos demais. Diz recordar-se com que carinho o pai o ouviu dizer que queria fazer sua primeira comunhão.

Com a crise econômica de 1.929, a família de Paulo Freire muda-se para Jaboatão, onde perde o pai e experimenta o que é a fome, e a compreender a fome dos demais.

Forma-se neste período em professor de português, ajudando na sustentação da família. Com 23 anos casa-se com Elza com quem tem cinco filhos, ficando viúvo em meados de 80, casou-se posteriormente com a também viúva Ana Maria.

Licenciado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, abandona a carreira logo depois da primeira causa. Foi um assunto de dívida, depois de falar com o jovem dentista, devedor tímido e vacilante, deixou-o ir em paz - "que passe sem mim", disse Paulo Freire. Em seu livro "Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire relata de forma mais detalhada e hoje, olhando ainda mais a distância, escreve a respeito do encontro que teve com o jovem dentista. "O jovem de minha geração deixou o escritório talvez sem ter entendido profundamente o dito e o ouvido. Apertou calorosamente minha mão com a sua mão fria. Em casa, quem sabe, repensando o dito tenha começado a compreender algumas das razões que me levaram a dizer o que eu disse.

Naquela tarde, redizendo a Elza o dito não poderia nunca imaginar que um dia, tantos anos depois escreveria a Pedagogia do Oprimido, cujo discurso, cuja proposta tem algo que ver com a experiência daquela tarde pelo que ela significou também e sobretudo na decisão de aceitar o convite de Cid Sampaio, que me trazia Paulo Rangel. É que deixar definitivamente a advocacia naquela tarde, tendo ouvido de Elza: "Eu esperava isto, você é um educador", nos fez poucos meses depois, num começo de noite que chegava apressada, dizer sim ao chamado do SESI, para a sua Divisão de Educação e Cultura, cujo campo de experiência, de estudo, de reflexão, de prática se constituir como um momento indispensável à gestação da Pedagogia do Oprimido".(pág. 18)

Assim, trabalhando num departamento do SESI, fez suas primeiras experiências, que o conduziram mais tarde ao "método" que iniciou em 1.961, no Movimento de Cultura Popular de Recife.

O Golpe de 1.964 não só deteve todo o esforço feito no campo da Educação de Adultos e da Cultura Popular, mas também levou Paulo Freire a prisão (por volta de 70 dias) onde se tentou provar o perigo que ele representava. Livrou-se da cadeia refugiando-se na Embaixada da Bolívia em setembro de 1.964.

Considerado como um "subversivo internacional", Paulo Freire diz sair dessa experiência sem ódio, sem "desesperação". Era como se uma onda ameaçadora de irracionalidade se estendesse, a distorção patológica da consciência ingênua, perigosa ao extremo por causa da falta de amor que a alimenta.

Foi esse Paulo Freire, figura sensível, que nos anos 60, participou de uma equipe de professores nordestinos, empenhados em "Movimentos de Cultura Popular", que adotou e atuou numa educação criativa que poderia servir para libertar o homem, mais do que torná-lo "doméstico".

A primeira experiência foi realizada numa casa na periferia de Recife. Foram cinco alfabetizando, sendo que dois desistiram. Partindo dessa experiência, a equipe realizou outras no Rio Grande do Norte e em João Pessoa. Foram os lavradores do nordeste, os primeiros homens a viverem a nova experiência do chamado "círculo de cultura". Foram os primeiros a serem alfabetizados de dentro para fora, através de seu próprio trabalho. Posteriormente, foi desenvolvido no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Os resultados obtidos apontam para 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias, o que chamou a atenção da opinião pública, decidindo então pela aplicação do "método" em todo o território nacional e com o apoio do governo federal. Assim, entre junho de 1.963 e março de 1.964, foram realizados cursos de formação de coordenadores na maior parte das capitais dos Estados Brasileiros. O plano de ação de 1.964, idealizado por Paulo Freire, previa a instalação de 20.000 círculos de cultura capazes de formar, no mesmo ano, cerca de 2.000.000 alunos.

Sempre preocupado com o problema do analfabetismo, Paulo Freire dirigiu-se sempre às massas que se opunham, "marginalizadas", mais oprimidas, confiando em sua liberdade, em seu poder de criação e de crítica. Desde o início, seus trabalhos incluíam uma denúncia. Uma sociedade desigual, na qual existem explorados e exploradores, cujo modelo de educação visa manter o poder da classe dominante. Daí, a necessidade de atuar sobre a realidade social para transformá-la.

Mas não houve tempo de passar das primeiras experiências para os trabalhos de amplo fôlego com a Alfabetização de Adultos. Em abril de 1.964, a Campanha Nacional de Alfabetização foi denunciada publicamente como

"perigosamente subversiva". Aqueles foram anos - cada vez piores até 1.968 - em que por toda parte educadores eram presos e trabalhos de educação condenados. Os grupos reacionários do país estavam com medo, pois o Movimento de Educação Popular constituía uma ameaça real para o sustento da antiga situação de controle e manutenção do status quo.

Paulo Freire, exilado, desenvolve no Chile Programas Nacionais de Alfabetização, a partir das idéias e do sistema de trabalho de um brasileiro exilado. O Chile recebe da Unesco uma distinção como um dos cinco países do mundo que melhor contribuíram para superar o analfabetismo.

Nesse exílio de 16 anos, Paulo Freire viaja pela Europa e países da África convidado a expor seu trabalho.

Em 1.979, ainda sem poder regressar ao Brasil, Paulo Freire diz em uma entrevista a Revista Veja: "A possibilidade da volta desperta em mim a saudade que me havia proibido de sentir, saudade da gente, dos amigos, saudade do cheiro, das cores, das frutas, da quenturinha do Recife".

Enfim, em 1.980, Paulo Freire volta ao Brasil "para aprender tudo de novo", como ele mesmo disse. Em 1.989, assume na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação, a convite de Luiza Erundina, Prefeita da cidade de São Paulo.

Os sentimentos que Paulo Freire desperta muitas vezes apresenta-se contraditórios. Chamou-nos a atenção quando no Congresso Brasileiro de Alfabetização realizado em novembro de 1990 em sua fala de abertura Paulo Freire diz que algumas pessoas dizem que ele era, mas ele está sendo, coloca-se como processo.

Sentimos que durante e após sua estada na Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, Paulo Freire sente-se à vontade para delimitar melhor suas posições e fazer referência às críticas que têm recebido ao longo de sua vida.

Em "A educação na cidade", na apresentação, Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres definem Paulo Freire como um homem feliz, que fala com as mãos e que fala com a convicção de quem acredita na educação e sempre viveu como militante dessa sua crença, além de ser um homem sempre bem-humorado e ao mesmo tempo indignado diante das injustiças, além de contar com "setenta anos de juventude".

Neste seu texto, Paulo Freire expressa claramente sua opção política e político-partidária, sem receio algum, algo até então não comum em seus escritos.

Em sua fala de despedida da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em maio de 1991, coloca "Não estou rigorosamente, saindo da Secretaria Municipal de Educação ou mesmo deixando a companhia de vocês, nem tampouco renegando opções políticas e ideológicas antigas anteriores mesmo à criação do PT. Não imaginava sequer que o PT aconteceria na minha juventude, mas sentia muita falta de sua existência. Esperei por mais de quarenta anos que o PT fosse criado". (Pág. 143).

Paulo Freire explica porque é preciso deixar a direção da Secretaria Municipal de Educação: "Às vezes, agora, começo a sentir falta da convivência de meus livros, de minhas leituras, de meus escritos. Por isso mesmo, penso voltar para casa. Não porque me tenha faltado jamais o suporte desta mulher extraordinária que é a prefeita Luiza Erundina ou também me tenha faltado a ajuda sempre capaz da equipe com quem trabalho. Sinto falta de meus livros, do quase-ritual com que os olhos, os abro, com que releio algumas páginas "visitadas" há tempos atrás. Às vezes, paro num ou noutro e, rindo diante das marcas neles deixados, uns rabiscos inocentes, por meus filhos e filhas, hoje homens e mulheres, me lembro de como testemunhava a eles e a elas o gosto da leitura". (pág. 139)

Quanto a herança que quer deixar, Paulo Freire nos escreve: "... Penso que poderá ser dito quando já não esteja no mundo: Paulo Freire foi um homem que amou. Ele não podia compreender a vida e a existência humana sem amor e sem a busca de conhecimento. Paulo Freire viveu, amou e tentou saber. Por isso mesmo, foi um ser constantemente curioso... o que espero que seja a expressão de minha passagem pelo mundo, mesmo quando tudo o que tenha dito e escrito sobre educação possa haver mergulhado no silêncio." (pág. 140).

Em "Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire expõem ainda mais seus sentimentos de raiva e amor, diz ter perdido o medo de ser acusado de sentimental, assim como renova sua crença em que o sonho é necessário aos sujeitos políticos transformadores do mundo, além de responder às críticas que lhe tem sido feitas ao longo desses

anos, dentre elas ressaltamos: a linguagem machista, a partir de um saber "popular" para superá-lo (negar os conteudistas); o fato de não dizer que "a luta de classes é o motor da história"; a crítica de que há um conceito vago de povo e oprimido.

Em 1993, Paulo Freire nos apresenta "Professora Sim tia não. Cartas a quem ousa ensinar". Nesta obra, Paulo Freire cita muito a si mesmo e discute um tema pouco tocado pelos educadores em geral, mas que fazem parte do cotidiano de quase todo educador. Coloca-nos que educar é muito mais do que viver uma relação de parentesco, vai do ensino das primeiras letras as grandes lições de democracia, onde cita Gumercindo Milhomen, presidente da APOESP "Professoras e Professores em greve, dizia ele, estavam ensinando, estavam dando a seus alunos, pelo seu testemunho de luta, lições de democracia (de que tanto precisamos neste país, acrescento agora)." (pág. 12).

Estas colocações que temos feito, mostra-nos o processo pelo qual o pensamento de Paulo Freire tem passado, assim como Silvia Manfredi divide o pensamento de Freire em dois períodos: volta de Paulo Freire ao Brasil com seu ápice nos anos de 1990 à (1959 a 1965) como perspectiva de uma educação para a participação e o 2º grau (após 1.969) a visão de uma educação para a libertação, entendemos que seria importante acrescentar um 3º período que se iniciaria com a volta de Paulo Freire ao Brasil com seu ápice nos anos de 1.990 à 1.993, onde estabelece uma relação mais audaciosa e também crítica com seus críticos no momento em que reestrutura-se, inclusive emocionalmente após a morte de Elza, sua primeira companheira.

Para finalizar nossa "estadia" com o educador Paulo Freire citaremos um seu escrito "A educação na cidade", que entendemos clarear esta terceira etapa de seu pensamento: "Uma das coisas mais gostosas do jogo democrático é que não basta você estar certo de sua prática; você precisa demonstrá-lo e convencer os demais. Diria até que em muitos casos, você precisa converter".(pág. 74)

Neste período houveram vários encontros no âmbito da Educação Popular. O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular foi frutífero quanto ao levantamento da situação existente, foi elaborado um cadastro dos movimentos abrindo a possibilidade para a troca de experiência.

Notamos também que durante 1.963 quando as Campanhas foram extintas oficialmente, cresceram muito os movimentos locais.

No ano de 1.989, articula-se em São Paulo o GETA-Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização, "um grupo aberto, formado por entidades e pessoas que desenvolvem trabalhos na área de alfabetização de adultos e crianças, como entidades de assessoria, órgãos públicos e privados, universidades e pesquisadores da grande São Paulo e interior do Estado". (Boletim do GETA/SP - n.0 S.P. julho de 1.989).

O GETA organiza o Congresso Brasileiro de Alfabetização de 14 a 16 de setembro de 1.990, após ter promovido seminários municipais, estaduais e setoriais, sempre pensando em marcar o ano internacional da alfabetização com um trabalho de reflexão, discussão e busca de soluções para a questão do analfabetismo em nosso país.

O Congresso Brasileiro de Alfabetização reuniu dois mil educadores de vinte estados brasileiros. Participaram educadores renomados e autoridades educacionais em mesas-redondas, painéis, conferências, reuniões de grupos e plenárias. Discutiu-se questões como: políticas públicas de alfabetização, formação do educador/alfabetizador em serviço, leituras e bibliotecas escolares, meios de comunicação e alfabetização, movimentos populares e alfabetização de deficientes, alfabetização de adultos na América Latina, alfabetização infantil: uma abordagem interdisciplinar, pré-escola e séries iniciais: a continuidade necessária, a criança e a leitura.

Realizou-se não somente um encontro de técnicos, mas de educadores em seu sentido mais amplo. Construído nesses três dias resultou o "Documento final do CBA", a "Declaração dos participantes do CBA" e "Moções aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização" que demonstram o pensamento dos educadores desse período.

O Congresso Brasileiro de Alfabetização, é fruto da organização de educadores que querem contribuir para o rumo dessa nossa educação tão deseducada, acreditando ainda que uma população educada consegue com maior facilidade obter informações para que possam ser pensadas, refletidas, combatendo a passividade.

Em 1.958 a igreja se interessa por programas educativos de rádio. Com a ajuda de Jânio Quadros e sob a responsabilidade da CNBB - Confederação

Nacional dos Bispos do Brasil nasce o MEB - Movimento de Educação de Base, que sobrevive ainda hoje em alguns Estados do Brasil.

São objetivos do MEB: cooperar na formação integral dos adultos e adolescentes das áreas subdesenvolvidas do país; fornecer elementos para que o homem adulto tome consciência de sua dignidade humana, despertando para seus próprios problemas, levando-o a buscar solução em sua própria comunidade, tendo uma perspectiva de mudança social.

O trabalho do MEB estava dividido em três modalidades: com escolas radiofônicas, animação popular e capacitação de pessoal.

A primeira experiência foi realizada em Aracaju e Natal com a ajuda de leigos e universitários em 61. A CNBB fez um acordo com Jânio Quadros a partir do qual o MEC forneceria recursos.

Com bases em depoimentos de pessoas que construíram o MEB, sua estrutura foi trabalhada a partir de forte relação afetiva, inclusive com D. Távora, uma das principais pessoas que organizou este movimento. Tendo grande preocupação com a alfabetização através do rádio, foi o início de suas atividades. Sempre marcada pela qualidade de comunicação, principalmente com o trabalhador rural. A aglutinação das pessoas para a formação de equipes de trabalho dava-se pelo fato de todos serem cristãos, muitas pessoas vinham da ação católica (que traz consigo uma história de combatividade). Dessa forma, o trabalho sempre foi marcado por um sentido coletivo e o rendimento era o resultado de uma equipe, em que a crítica sempre foi permitida em todos os níveis.

Para se montar uma escola radiofônica, o procedimento era o mesmo. A equipe ia conversar com a população, era uma conversa longa e desconfiada de parte a parte. Posteriormente estas escolas radiofônicas transformavam-se em local de encontro e lazer para toda a comunidade.

Internamente o MEB se organizava da seguinte forma: tinha como unidade o Sistema de Educação de Base, que cobria determinada área. Cada um desses sistemas, tinha uma equipe local que planejava, executava e coordenava o programa local. Era a equipe local que selecionava e treinava nas comunidades, animadores voluntários que participavam ativamente do programa. A maior parte dos sistemas era radioeducativos. Também era

função da equipe local o levantamento da área a ser atingida, a motivação da população, seleção, treinamento dos animadores voluntários.

Após o início dos trabalhos, a equipe local mantinha contatos constantes com a comunidade, supervisionando e coordenando todo o trabalho.

Até 1.963 o MEB pensava atingir as regiões nordeste, norte e centro-oeste, a partir desta data, por decreto do governo federal, ampliou seu campo.

Quando de sua criação pretendia o MEB ajudar na promoção do homem rural e sua preparação para as reformas básicas indispensáveis. Levar o camponês para uma concepção de vida, tornando-o consciente de seus valores físicos, morais e cívicos. O MEB entendia a educação como conscientização, motivação de atitudes e instrumentalização. No final de 1.963, início de 1.964, são constantes os golpes e contra-golpes. No início dos anos 60 a educação de adultos representava perigo. Após 64 sobrevive somente o MEB que fez algumas adequações para sua manutenção.

Em 1.966 retoma-se o apoio à Cruzada do ABC - Ação Básica Cristã, em colaboração com a USAID. A Cruzada tem início em 62. Era uma sociedade civil sem fins lucrativos, inspirada nos ideais evangélicos, com apoio financeiro de organizações privadas como o Bradesco, igrejas evangélicas da Holanda e da Alemanha, pela Fundação "Reynold Torbacco Company". Reunia um grupo de educadores e administradores brasileiros e norte-americanos que desde 1.947 haviam participado de programas de alfabetização de adultos promovidos pelo MEC. Esses técnicos faziam cursos para formação nos EUA, com objetivo de extinguir o analfabetismo e sua filosofia educacional que consistia na simples ajuda às comunidades no treinamento, montagem e execução do programa.

Relacionava a educação com as aspirações da comunidade, (as pessoas matriculadas recebiam alimentos) visando inclusive provocar mudanças radicais quanto às estruturas antiquadas. A educação como processo de criação.

Sua extinção em 1.970 está ligada ao mal emprego dos recursos humanos, às suas debilidades técnicas e ao término do empréstimo norte-americano.

Dentro de suas próprias comunidades, a igreja ao longo de sua história tem colaborado para o surgimento de programas, muitas vezes pequenos, de

educação de adultos, em sua maioria estes buscam na educação a possibilidade de instrumentalizar, motivar atitudes e conscientizar a comunidade em que trabalham com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária.

Em sua história, por vários momentos, a igreja estabeleceu estreita relação com o Estado, no caso da educação também. Junto com o Estado a igreja tenta realizar uma tarefa que ela sozinha não soube ou não pôde executar. Os dirigentes leigos que assumem o MEB, embora vindo de escolas diferentes unem-se todos num compromisso comum, acabam por redefinir e reorientar o movimento, reinventam, também eles, um modo de trabalhar. O MEB é um dos poucos movimentos que sobreviveram à crise de 1.964 e à repressão, justamente por ser da igreja. Essa sobrevivência sem dúvida alguma teve seu preço e com certeza não foi baixo.

A Igreja não escapa de confrontos internos e externos. Mantém dentro de si, acoberta movimentos vinculados à "ala conservadora" e outros muito próximos a "Teologia da Libertação", recebendo o nome de Educação Popular, pois coloca-se a serviço das classes subalternas, estando ao lado das populações mais oprimidas, em suas lutas de libertação.

Em alguns momentos utópicos e em outros até românticos, estes movimentos de educação de adultos sobrevivem de financiamentos de agências do exterior, fazendo parte do seu dia a dia a colaboração voluntária e muita criatividade em suas atividades.

A educação de adultos desde os tempos da colonização foi usada como instrumento de cristianização e sedimentação do domínio português além de em vários momentos ser compreendido como causa de todos os problemas nacionais, como no início do século XX, marcado pelo nacionalismo.

Como podemos lembrar, no RJ, em abril de 1.915 nasce no clube militar a Liga Brasileira contra o analfabetismo (pretendia ser vigoroso e tenaz contra a ignorância), visando estabilidade e a grandeza das instituições republicanas. Em fevereiro de 1.932, funda-se a Cruzada Nacional de Educação (organizada pelas forças armadas - conservadores que difundiam o preconceito contra o analfabetismo) e no ano seguinte a Bandeira Paulista de Alfabetização.

Por volta de 1.946 com os recursos do FNEP - Fundo Nacional de Educação Primária, acontece o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos-CEAA, que buscava através de uma orientação quantitativa criar condições favoráveis para o funcionamento da democracia liberal.

Foi a CEAA a primeira grande campanha de massa para a educação dos adultos e adolescentes, instalou inúmeras salas de aula e diminuiu o analfabetismo no país. Funcionou de 1.947 - 1.963 quando foi extinta.

Convocado pelo MEC, acontece em 1.947 o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, que teve como preocupação a questão das Universidades Populares, da qualificação de professores e elaboração de material didático.

Da CEAA desmembra-se a CNER - Campanha Nacional de Educação Rural que tinha como objetivo contribuir para acelerar o processo de evolução do homem rural, despertando o espírito crítico comunitário.

Início do governo de Juscelino e nenhuma mudança é observada no âmbito da educação.

Em 1.956 alguns técnicos influem na criação de uma Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Nesse período observa-se o início da "tecnificação" da educação com base nos avanços da economia e da sociologia, tenta-se a quase recriação da CEAA, surgindo então a SIRENA - Sistema Rádio Educativo Nacional em 57 que procura de forma sistemática aproveitar os recursos auditivos nos programas de educação de adultos.

Em 1.958 ocorre o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde publicamente é reconhecido o fracasso do programa do ponto de vista educativo, a questão da baixa remuneração do professor e de forma geral a atenção está voltada para a LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação.

No período de 1.958 - 1.963 acontece a CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que tinha os mesmos objetivos das anteriores, pretendia ser um programa experimental destinado à educação popular em geral, só que esta estava ligada diretamente ao Ministro da Educação. Tinha como objetivos buscar métodos, processos, para elevar o nível cultural da população, mas preocupado sempre com o custo e sua aplicação em massa,

com eficiência, a curto prazo e êxito certo. Nasce também neste período os Centros Sociais de Trabalho e ensino.

Em 1.961 instala-se no MEC - Ministério da Educação e Cultura - a Campanha de Mobilização Geral contra o analfabetismo, num esforço de reunir as várias campanhas em andamento. Também em dezembro com a sanção da LDB descentralizou-se os serviços educacionais.

Posteriormente o MNCA - Movimento Nacional contra o Analfabetismo (1.962 - 1.963) onde foi instituído o registro mérito, medalhas e menções especiais para agraciar os que se distinguiram no movimento.

Extinta as campanhas do MEC em março de 1.963, o Ministro da Educação - Paulo de Tarso - formaliza a proposta de um programa extensivo de educação de adultos, onde o governo federal entraria com os recursos financeiros e assistência técnica e sua implantação sob responsabilidade dos sindicatos e entidades estudantis.

Nos bastidores do ministério a mesma luta pelo controle do movimento era muito forte, pois poderia como possibilidade política, multiplicar o número de eleitores.

A comissão nacional de alfabetização organizada em Brasília, funcionou de outubro de 1.963 a março de 1.964, sem ter sido oficialmente criada, para a elaboração do plano. Criado por decreto em janeiro de 1.964 o PNA já estava sendo implantado, onde previa-se alfabetizar cinco milhões de adultos num prazo de dois anos.

Iniciado com dois projetos localizados na região sul e na região nordeste, o Programa Nacional de Alfabetização apresenta-se com absoluta interdependência.

Era o PNA um programa de alfabetização em massa, sem grande preocupação com a continuidade das atividades educativas sistemáticas, após a etapa de alfabetização em 40 horas pelo "método Paulo Freire", os círculos de cultura deveriam passar a organizações políticas de massa.

Mas nada foi concretizado, o programa foi extinto em abril do mesmo ano de sua criação com a mudança de governo.

Em 1.967 é criado o MOBRL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, a princípio para coordenar o financiamento público de entidades aprovadas para

o desenvolvimento de atividades educativas, passando em 70 a entidade executora.

Também em 1.970 surge mais uma campanha de alfabetização de adultos e adolescentes - O Ensino Supletivo - com o intuito de suprir a escolarização e propiciar cursos de atualização ou aperfeiçoamento.

Buscou-se um movimento permanente de alfabetização e semi-profissionalização de adolescentes e adultos, enquanto persistissem as elevadas taxas de analfabetismo e posteriormente evitar a regressão nos alfabetizados.

Em sua plena dimensão social, o MOBREAL pode ser considerado como um instrumento que permitiria a promoção social dos alunos, através do desenvolvimento do programa de alfabetização e o de educação integrada equivalente ao antigo primário.

Os recursos financeiros que o MOBREAL utiliza são de dotações orçamentárias, subvenção da união, doações e contribuições, rendas eventuais e da renda bruta da loteria esportiva 6,75% fica com o MEC para que distribua aos programas de alfabetização, o Mobral fica com 80% e o ensino supletivo com os 20% restantes, além da possibilidade de 1% do imposto de renda a ser pago poder ser remetido ao Mobral.

Analfabeto, segundo a Unesco e o Mobral, é aquele indivíduo que não consegue redigir um bilhete simples. Este termo - analfabeto - aplica-se quando na cultura em que o indivíduo vive a cultura e a leitura e a escrita são elementos básicos e indispensáveis.

Com o semi-analfabeto entendem que não houve regressão alguma, o meio não colabora.

O analfabeto funcional possui conhecimento suficiente para certas situações.

Em entrevistas cedidas a Folha de São Paulo, Marco Maciel dizia que extinguir o Mobral fazia-se necessário pois sua ineficiência já havia sido provada durante o período em que existiu. Em 1.985 entraria em funcionamento um novo sistema de alfabetização que ministrará noções de história, geografia, português, ciências a jovens e adultos. O próprio secretário geral do Ministério da educação neste mesmo período chegou a dizer que os governos anteriores também não conseguiram ter êxito com a questão da

alfabetização. O novo órgão a ser criado atuará não apenas na alfabetização, porque a educação é muito mais ampla.

Em quinze anos de existência o Mobral atendeu 40 milhões de pessoas, receberam certificado 15 milhões, mas como admitia o próprio órgão em 85, apenas 1,5 milhões, de pessoas podiam ser consideradas alfabetizadas.

O Mobral é extinto em novembro de 1.985 e no mesmo dia é criada a Fundação Educar, em substituição.

Assumindo como modelo o "método Paulo Freire" a Fundação Educar nasceu com propostas de descentralização, elaborando convênios com municípios e execução de programas de alfabetização básica regionalizada, até sua extinção em março de 1.990.

A Fundação Educar não consegue cumprir sua única tarefa, a de diminuir o número de analfabetos no país, 24,5% da população em 1980 (conforme estimativa da CNTE-UNESCO).

Em 03 de março de 1.989, a Folha de São Paulo trazia uma reportagem em que representantes de 24 entidades governamentais e autônomos estavam reunidos para organizar uma campanha de erradicação do analfabetismo no Brasil. Este evento faz parte de uma mobilização internacional coordenada pelo conselho internacional de educação de adultos (ICAE), um órgão consultivo da ONU para a Educação Ciência e Cultura da UNESCO. O dia 03.03.91 foi escolhido pelo ICAE para o lançamento simultâneo em 16 países do Ano Internacional da Alfabetização em 1.990.

O objetivo da UNESCO com sua Campanha é promover o ensino básico e erradicar o analfabetismo até o ano 2.000.

Dia 08 de setembro de 1.990 foi o dia internacional da alfabetização. Conforme publicou a Folha de São Paulo em 21.04.90 o ministro da educação em exercício, José Luitgard Moura Figueiredo disse em Maceió na abertura do Ano Internacional da Alfabetização que até o final do ano o Banco Mundial liberaria US\$ 100 milhões para projetos de alfabetização no Brasil "Não queremos fixar um prazo para o fim do analfabetismo no Brasil, mas talvez consigamos isso até o final do governo Collor".

Criada por decreto presidencial em setembro de 1.990, a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, pretende reduzir em 70% e número de analfabetos no país nos próximos cinco anos, conforme colocou na

mesa redonda "Políticas de Alfabetização" do CBA-Congresso Brasileiro de Alfabetização, a Secretária Nacional de Educação Básica no Ministério da Educação, Ledja Australlino da Silva. Até setembro de 1990 a PNAC não havia sido instalada, além do fato da implantação por parte do governo, de uma política recessiva, aponta para o fracasso do PNAC, já que miséria e alfabetização caminham juntas.

Este PNAC não deixa clara as reais dimensões da participação da sociedade na sua elaboração, se é para definir a política geral ou somente executar as determinações do governo. Também não está claro se o PNAC é somente uma campanha nacional de alfabetização com alto teor demagógico e eleitoral como outras que já existiram.

Constatamos assim, que o Estado sempre foi perverso em suas atitudes, em momento algum conseguiu ou intencionou apresentar (e executar) uma proposta de educação de adultos onde o indivíduo pudesse enxergar-se como cidadão, desenvolver-se em sua totalidade, consciente de seus deveres e de seus direitos, com predisposição a conquistar esses direitos quando negados.

Segundo dados compilados por Olga Lopes da Cruz em "Educação: indicadores sociais" v.1 (1981/1987), Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Estatísticas e indicadores sociais, 1990; é possível observar que com todas as campanhas, programas organizados pelo Ministério da Educação e iniciativas outras, as quais já fizemos referência, o índice de analfabetos no Brasil cai. De 1981 a 1987 o número de analfabetos diminuiu em 2,4%, embora ainda mantemos em 1987 o índice de 21,5% para os analfabetos observamos também que tanto na área urbana como rural o índice de analfabetismo caiu menos em torno da população de 20 a 24 anos que teve seu ensino básico por volta de 1975, período de novas reformas na educação.

Como pudemos observar no decorrer da história da educação dos adultos em termos legais, a Constituição de 1824 traz consigo a gratuidade da instrução primária a todos; a lei de 15/10/1827 determinou que deveriam ser criadas quantas escolas fossem necessárias (primeiras letras) para atender a demanda existente por todas as vilas e cidades. No final do Império a lei Saraiva tomava a eleição direta e sem o voto do analfabeto, mantendo a seleção dos votantes pela renda; também a constituição de 34 reconhece a educação como direito de todos, e devendo ser o ensino primário "integral

gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos". A Constituição de 1988 reconhece como direito do cidadão e dever do Estado também a educação dos adultos.

Apresentada em agosto de 1989 pelo seu relator o deputado Jorge Hage, o novo projeto de Leis de Diretrizes e Base da Educação e Cultura, Esportes e Turismo da Câmara dos Deputados, apresentava uma série de avanços quanto à qualidade da educação. Tentava melhor garantir a entrada e permanência da criança, jovens e adultos na escola, além de fazer referência à necessidade de formar e acompanhar os educadores; e foi justamente por apresentar progressos para a educação brasileira que houve muita resistência por parte de vários deputados para colocar este projeto em votação. Esta é somente mais uma situação através da qual podemos perceber que tipo de preocupações e interesses regem a educação neste país. Embora saibamos que as leis não fazem a educação, em sua maioria, têm servido para controlar os cidadãos e justificar as atitudes do Estado.

Podemos constatar através deste histórico que muitos programas de alfabetização existiram, embora efetivamente o índice de analfabetismo no país diminuiu muito pouco. O que acontece? Destacamos algumas possibilidades.

Até a pouco, como nas décadas de 60/70, o crescimento econômico era fácil e contava com pessoas, com uma população de baixo nível educacional. Este era um crescimento emanado sob uma concentração de renda que não implicava, não necessitava de um grande mercado interno e as indústrias não contavam com alta tecnologia. Hoje, as indústrias que se instalam em nosso país trazem consigo uma tecnologia que necessita de mão-de-obra qualificada. Há necessidade de aumentar o mercado interno. A ausência de pessoal qualificado impede que as indústrias tenham uma política de rotatividade, o que a nível administrativo e econômico lhes é interessante e rendoso (demite os funcionários mais velhos o que significa menor despesa) e com a falta de mão-de-obra qualificada as indústrias se vêem obrigadas a sentar e negociar com os sindicatos. Dessa forma, com a perspectiva de melhorar em quantidade e qualidade sua mão-de-obra o setor empresarial começa a se interessar pela educação, inicia a elaboração de críticas ao Estado por não cumprir seu papel de educar.

Outro aspecto importante a ser analisado, diz respeito ao não funcionamento efetivo dos projetos organizados seja pelo Governo Federal, Estaduais ou Municipais.

Na década de 60, havia um pensamento de que a educação criaria cidadãos livres, autônomos e conscientes de seu papel social e de sua posição de classe. Observamos que em países capitalistas onde a educação é universal, não necessariamente temos cidadãos livres, conscientes. Esta situação nos aponta para um caminho através do qual a educação em seu papel revolucionário facilita o acesso do cidadão à informação, possibilita a esse sujeito ler uma publicação ou panfleto de seu sindicato, por exemplo. Parte fundamental para a execução deste processo é o educador, caberá a ele somente ensinar as letras e como ler cada uma das palavras ou como compreender, interpretar e ler nas entrelinhas, contextualizar sua leitura e sua escrita. Que tipo de educadores temos em nosso país e por quê?

Faz algum tempo que não temos um programa oficial de Educação de adultos que esteja em funcionamento nas escolas, o que nos faz pensar que não há investimento na educação, porque não precisa-se dela para governar e crescer.

Os projetos de alfabetização que são criados funcionam como forma de embolso de capital e quando necessária uma prestação de contas, estas pode ser forjada tanto quanto a execução dos mesmos.

Observamos que em algumas regiões não são executados os projetos por conta do modelo político apoiado e mantido pelas elites dessa localidade. Estamos nos referindo ao modelo clientelista. Educar pode perturbar, ao invés de manter o "status quo", porque para educar é necessária a introdução de outros elementos políticos numa hegemonia que já controlada por essa elite. Caso não houvesse pessoas qualificadas para educar, seria preciso que viessem de fora e que nem sempre pensariam como o grupo que detém o controle político da região. O risco é ainda maior quando essa pessoa confirma uma postura política realmente diferente da elite local, sejam pessoas ligadas a partido político, a grupos de igreja, que poderiam trazer um outro poder podendo concorrer com o voto de cabresto, "atrapalhando" o jogo político interno do Estado ou região.

Dessa forma, fica-nos claro que falta vontade política por parte do Governo Federal para impor seu Projeto de Alfabetização às elites regionais, aliás, nem vontade política nem interesse, principalmente quando os "interesses" são os mesmos entre Governo Federal, Estaduais e Municipais. É a cumplicidade estabelecida.

BIBLIOGRAFIA

Boletim GETA. nº 0, São Paulo, GETA, julho de 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **EDUCAÇÃO POPULAR.** 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.

FREIRE, Paulo. **A EDUCAÇÃO NA CIDADE.** São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **PEDAGOGIA DA ESPERANÇA - UM REENCONTRO COM A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **PROFESSORA SIM, TIA NÃO.** São Paulo, Olho D'água, 1993.

* Psicóloga clínica, Mestre em Educação